

A PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS PELOS MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Rafael Alves Orsi

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

Faculdade de Ciências e Letras/Campus Araraquara/SP, Brasil

Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

r.orsi@fclar.unesp.br

Resumo

Desde seu lançamento em 2009, o Programa “Minha Casa Minha Vida” tem recebido várias críticas de naturezas distintas, principalmente os conjuntos habitacionais da faixa 01, destinados à população mais carente. Possivelmente, a mais contundente delas refere-se à localização periférica dos empreendimentos em regiões que, além de afastadas das áreas centrais das cidades, ainda são desprovidas de equipamentos urbanos, serviços públicos e privados, bem como de áreas comerciais que atendam a nova demanda. Tais críticas, coerentes com os desdobramentos do programa, são feitas comumente por um prisma externo à área de implantação dos conjuntos habitacionais, analisando a existência ou não dos serviços e do comércio e sua capacidade em atender as novas demandas. No entanto, para avaliar o programa também é fundamental que se compreenda como os moradores dessas áreas entendem seu próprio local de moradia e qual sua satisfação e perspectivas com o bairro. A partir desse pressuposto, o presente trabalho objetiva avaliar a distância entre problemas concretos apresentados no bairro onde os conjuntos habitacionais foram implantados e a percepção dos moradores em relação a estes problemas, especificamente em relação ao saneamento básico e ao meio ambiente. Para tanto, foi feito um recorte espacial selecionando-se quatro conjuntos habitacionais do programa minha casa minha vida na região do Selmi Dei V na cidade de Araraquara/SP/Brasil. Com o intuito de analisar a percepção/satisfação da população com o bairro, elaborou-se e aplicou-se um *survey* na população local em casas selecionadas de maneira aleatória. Em relação aos serviços oferecidos e condições de vida objetivas apresentadas pelo bairro, buscou-se informações junto à prefeitura local, com os próprios moradores, imprensa local e através de observações não sistematizadas na área. Ao confrontar essas duas dimensões (objetivas e subjetivas) fica evidente que os moradores do bairro identificam os problemas com certo grau de clareza, já que vivenciam em seu cotidiano as agruras de cada uma das dificuldades apresentadas em seu novo bairro. No entanto, um percentual significativo da população mostra-se satisfeita com o bairro de forma geral e, particularmente, com o saneamento básico e com o meio ambiente. Ainda que este fato não os impeçam de reivindicar condições melhores de vida, a resignação pode ser um poderoso substrato para a manutenção de políticas públicas que estão aquém das necessidades da população.

Palavras-Chave:

Política Habitacional; Programa “Minha Casa Minha Vida”; Problemas Socioambientais; Cidades.

Introdução

A dinâmica do setor habitacional brasileiro anda *pari passu* com a produção da cidade como um todo e, sem nenhuma novidade, funde-se com os interesses da produção econômica em diferentes escalas e envolve múltiplos atores. Se há uma forte demanda por habitação, evidenciada pelo assombroso déficit de 5,8 milhões de unidades habitacionais (FJP, 2016)¹, que atinge quase que exclusivamente as camadas mais pobres da sociedade, isso se deve ao fato de que o mercado e os agentes nele envolvidos não veem interesse (entendida como possibilidade de auferir grandes lucros com o empreendimento) em suprir tal demanda. Com este quadro, obviamente, mostra-se necessária uma ação do Estado no sentido de equacionar o problema. A falta de moradias origina profundos impactos socioterritoriais e requer ações urgentes. Se o Estado esteve afastado da produção habitacional até a década de 1930, conforme salienta Bonduki (2004), o que se sucede após esta década não foi o suficiente para impedir um quadro crescente de demandas por habitação e a multiplicação de ocupações precárias e a estruturação e consolidação de inúmeros problemas urbanos decorrentes do uso restrito, fragmentado e hierarquizado da terra urbana. Mesmo com sucessivas políticas e intervenções no setor, os resultados ficaram muito aquém do razoável.

A política do Banco Nacional de Habitação – BNH -, instaurada em 1964 e que perdurou até 1986, apesar do grande volume de financiamentos, não foi capaz de atingir a camada mais carente da população e suprir as necessidades por moradias. De acordo com Azevedo (1988), embora tenham sido construídas cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais durante os 22 anos de existência do BNH, apenas 33,5% foram destinadas a população de baixa renda. Após a extinção do BNH, houve um vácuo em relação a uma política habitacional sistematizada e consistente no país, agravando um problema já histórico no Brasil.

Neste contexto, é que o Programa “Minha Casa Minha Vida” –PMCMV – é lançado em 2009 com a promessa de combater o vultoso déficit habitacional. Apesar da importância social do programa, inúmeras críticas foram levantadas logo em sua primeira fase. Da localização periférica em locais vulneráveis ao tamanho e qualidade das unidades habitacionais, vários questionamentos foram colocados ao programa, o qual impactou cidades em todo o país, tanto no mercado imobiliário como na estrutura das cidades em si.

A partir de tais preocupações, buscou-se, nesta pesquisa, uma análise sobre as condições objetivas apresentadas em quatro conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV na cidade de Araraquara/São Paulo/Brasil. A partir de tais condições objetivas, houve cruzamento das informações com a percepção das mesmas variáveis pela população local. Assim, buscou-se estabelecer aproximações e distanciamentos entre as condições objetivas dos conjuntos habitacionais e a percepção da população em relação a estas

¹ Para se chegar a estes valores a Fundação João Pinheiro utilizou como parâmetros para a composição do índice: habitação precária; coabitação familiar; ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados.

condições. Dentre os vários recortes possíveis, optou-se por selecionar variáveis que correspondessem à qualidade do saneamento básico e também ao meio ambiente. Com a população foi elaborado um *survey* no sentido de captar seu grau de satisfação nestas duas dimensões.

O trabalho está dividido em três partes, sendo que na primeira apresenta-se brevemente o PMCMV, na segunda traça-se aspectos gerais dos conjuntos habitacionais estudados e, por fim, antes das considerações finais, analisa-se os dados levantados.

O PMCMV no contexto

Como estratégia do governo brasileiro em criar uma política anticíclica para barrar os efeitos negativos da crise econômica global de 2008, lança-se em 2009 o PMCMV. Estruturado dentro da Política de Aceleração do Crescimento – PAC -, em sua primeira fase, teve como meta a construção de um milhão de unidades habitacionais (casas ou apartamentos), visando absorver mão-de-obra, injetar recursos e dinamizar a economia, através de um setor de grande capilaridade e intensivo em utilização de mão-de-obra pouco qualificada e larga utilização de insumos, já que a cadeia da construção civil articula vários setores da economia. Estruturado, em princípio pelo Ministério da Casa Civil e Ministério da Fazenda, o PMCMV notoriamente preocupa-se, primeiramente, com as questões econômicas, o que se reflete diretamente em seus resultados e na produção das cidades. Considerando sua precípua lógica econômica, os projetos voltam-se para a maximização dos lucros dos agentes econômicos envolvidos, atendendo apenas aos parâmetros mínimos estabelecidos pelo programa.

Em relação ao mercado imobiliário, de forma geral, Cardoso e Aragão (2011) defendem a existência de dois efeitos que se desdobram do programa. Por um lado, as empresas que se lançaram no mercado de capitais encontraram sustentação e seus valores foram alavancados por um mercado consumidor ascendente e pelas garantias dadas pela injeção de recursos públicos. Por outro lado, ampliou-se a demanda por terras e a especulação imobiliária. Neste movimento, a habitação, mais uma vez, é vista como simples mercadoria, fornecida pelo mercado – ainda que com subsídios – e com baixa agregação ao conjunto urbano, sendo este último ponto extremamente problemático do ponto de vista da inclusão dos beneficiários do programa, já que comumente os conjuntos habitacionais criados pelo programa, sobretudo os da faixa 01, tem sido alocados em regiões já empobrecidas e vulneráveis. Originalmente o programa encontrava-se dividido em três faixas (1, 2 e 3), estabelecendo a renda como critério de enquadramento dos beneficiários em cada uma delas. A faixa 01 voltada para as camadas de renda mais baixa e a faixa 3 determinando o teto de renda para ser beneficiário do programa. A partir da terceira fase do programa, em 2016, criou-se uma faixa intermediária chamada de faixa 1,5, buscando maior adequação do programa às demandas apresentadas e a renda da população beneficiada.

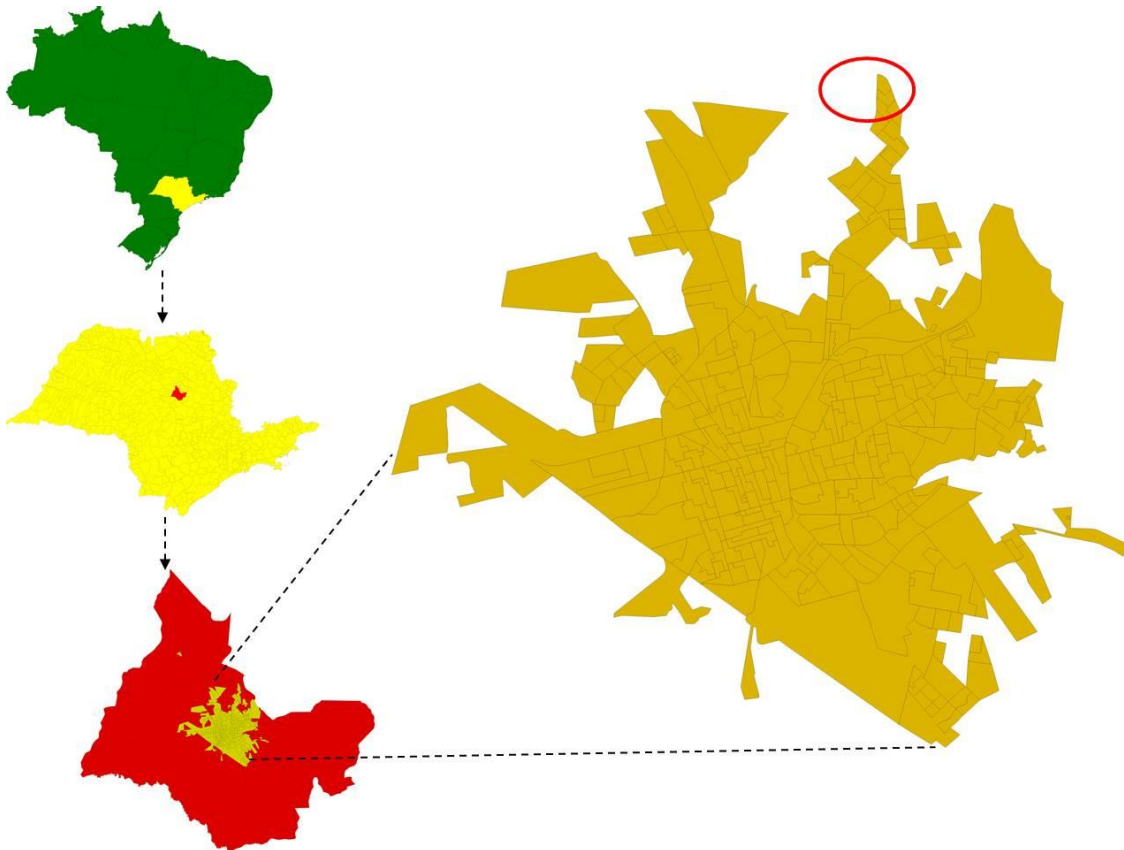
Embora o PMCMV apresente a preocupação de subsidiar famílias de baixa renda, a distribuição, dentro do espectro de famílias com até 10 salários mínimos, mostra-se bastante desigual quando considerado o déficit habitacional no país. Em seu primeiro ciclo, com a previsão de construir um milhão de unidades habitacionais, 40% destinou-se a famílias de 0 a

3 salários mínimos. Porém, é nesta faixa de renda que concentram-se 90% do déficit habitacional brasileiro. Sem desconsiderar a importância do programa habitacional, no que diz respeito ao acesso a terra urbana pelas famílias de menor renda, é evidente sua limitação. No entanto, as diferentes críticas ao PMCMV não impediram que ele fosse ampliado. Em continuidade àquilo que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva implementou, sua sucessora – Presidente Dilma Rousseff – lançou, em 2011, o PMCMV 2, com metas de construir dois milhões de unidades habitacionais até 2014, ano em que foi reeleita para a presidência da República. Em seu segundo mandato, abortado em um processo de impeachment em 2016 – ano de fortes turbulências políticas e recessão econômica no Brasil –, o PMCMV entra em sua fase 03, atualizando os valores de financiamento e os subsídios concedidos, criando uma nova faixa de renda para o enquadramento dos beneficiários (faixa 1,5) e reduzindo sua meta inicial de três milhões para dois milhões de unidades habitacionais. Com a meta reduzida, a ser alcançada até 2018, o programa habitacional continua na agenda das políticas públicas do governo que assumiu a presidência da república após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Até o início de 2017, de acordo com o portal *web* do programa, foram entregues cerca de 2,6 milhões de unidades habitacionais e encontravam-se contratadas outras 4,2 milhões.

Os Conjuntos Habitacionais Analisados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados quatro conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV na cidade de Araraquara/São Paulo/ Brasil. Os conjuntos selecionados foram: 1) Anunciata Palmira Barbieri, 2) Romilda Taparelli Barbieri, 3) Maria Helena Lepre Barbieri e 4) Bairro Valle Verde. Uma das características importantes desses conjuntos é que todos foram implantados de forma contígua uns aos outros, formando uma área de expansão urbana com um grande aglomerado de habitações. Os três primeiros formam o bairro Laura Molina com 1334 casas, e, o Bairro Vale Verde, conta com 754 casas. Somando-se os dois bairros, implantados com pequenas diferenças temporais, são 2088 residências. Não está no escopo desta pesquisa, mas é válido salientar que um quinto conjunto habitacional foi implantado na mesma região, aumentando o número total de casas na área para 2648 novas unidades. Os novos bairros estão localizados na porção norte da cidade (figura 01), em uma região que passou a ser conhecida como Selmi Dei V. Os setores censitários apresentados no mapa são de 2010, anterior à implantação dos conjuntos habitacionais em estudo. Os conjuntos habitacionais foram implantados na porção oeste da área destacada, contíguos aos bairros no extremo norte.

Figura 01 – Localização de área de Estudo (círculo vermelho)



Elaboração Rafael A. Orsi

Toda esta região, chamada de “Roberto Selmi Dei” – setorizadas em I, II, III, IV -, datam da década de 1970 e, quando implantados, formavam a área mais distante e isolada de Araraquara. Ainda hoje, esta é uma das regiões mais distantes do centro da cidade. Como resultado desse distanciamento e isolamento, e por ser uma área voltada para a população pobre da cidade, a região carrega consigo o estigma de ser violenta e perigosa. Vale salientar que dados socioeconômicos sobre cidade atestam que a região, sobretudo àquelas situadas de maneira mais periférica, constituem áreas de grande vulnerabilidade socioterritorial.

Análise das Variáveis objetivas e subjetivas

São várias as preocupações na implantação de conjuntos habitacionais, sobretudo quando se trata de grandes aglomerações como no caso do Selmi Dei V, com mais de 2500 casas e cerca de 10 mil pessoas. Questões fundamentais como: oferta de comércio e serviços (públicos e privados) que atendam a nova demanda, transporte coletivo, integração com a cidade, educação, saúde, segurança pública, saneamento básico, infraestrutura de lazer, espaços de convivência, todos são elementos centrais em um projeto de instalação de um novo bairro. Também são importantes as novas relações de vizinhança, identidade com o bairro, agregação comunitária, todas pós-ocupação, e fundamentais para a formação e sentido do bairro.

Cientes da importância de toda uma gama de variáveis pra se analisar as condições de moradia em um conjunto habitacional, neste trabalho, a preocupação central foi com as questões vinculadas ao saneamento básico e ao meio ambiente. Para tanto, utilizou-se como indicador a percepção da população em relação aos serviços de coleta de resíduos (convencional e seletiva), abastecimento de água, esgoto, existência de queimadas e arborização. Foram entrevistadas cerca de 10% da população dos quatro conjuntos habitacionais estudados. As entrevistas foram distribuídas proporcionalmente entre os conjuntos habitacionais e, dentro de cada um, buscou-se uma distribuição com representatividade espacial. Confrontou-se tais percepções com as informações fornecidas pela prefeitura local, imprensa e pesquisas de campo.

Todos os conjuntos habitacionais estudados apresentam a infraestrutura mínima exigida por lei². A totalidade da área é abastecida por água encanada, servida de rede de esgoto, apresenta iluminação pública, possui leito carroçável asfaltado, meio-fio e passeio. Em relação à infraestrutura de abastecimento de água e coleta de esgoto, a população mostra-se satisfeita com os serviços oferecidos. As tabelas 01 e 02 evidenciam esta satisfação. Dentro do universo de análise, 87,3% da população avaliam o abastecimento de água como bom ou ótimo e apenas 12,1% como regular. O grupo que apresenta algum grau de insatisfação, justifica-se alegando interrupções, mesmo que pontuais, no abastecimento de água.

Os serviços de esgoto são satisfatórios, ainda que a satisfação seja um pouco inferior ao relacionado ao abastecimento de água. Aqueles que avaliam como bom ou ótimo, somam 81,6%, enquanto os que avaliaram como regular ou péssimo somam 18,4%. A percepção negativa com este serviço, deve-se, principalmente, ao entupimento da rede – não necessariamente apenas na rua – o tempo de execução dos reparos e, obviamente, os transtornos gerados em tal processo. Tal problema, não é estrutural, mas envolve fundamentalmente, o comportamento de parte da população em relação ao descarte de materiais impróprios na rede de esgoto.

Tabela 01 – Níveis de satisfação da população local quanto aos serviços de abastecimento de água

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssimo	00	01	0,5
Regular	01	13	6,3
	02	12	5,8
Bom	03	18	8,7
	04	28	13,6
Ótimo	05	134	65
		206	100

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários
Org. Rafael A. Orsi

² A lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, estabelece os quesito mínimos para a criação de um novo loteamento.

Tabela 02 – Níveis de satisfação da população local quanto ao serviço de esgoto sanitário

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssimo	00	04	1,9
Regular	01	30	14,6
	02	04	1,9
Bom	03	20	9,7
	04	22	10,7
Ótimo	05	126	61,2
		206	100

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários
Org. Rafael A. Orsi

Em relação à coleta de resíduos sólidos, esta ocorre de forma regular por 03 vezes por semana. Já a coleta seletiva, de acordo com dados da principal cooperativa de catadores de Araraquara (Cooperativa Acácia)³, ocorre apenas uma vez na semana, buscando atender toda a área. Destaca-se também a existência na região de um posto de entrega voluntária – PEV – que, de fato, constitui-se em um bolsão de entrega de entulhos⁴, no qual também podem ser entregues materiais recicláveis.

Referente à coleta convencional de resíduos sólidos, a população mostrou-se bastante satisfeita com os serviços, conforme se observa na tabela 03. Mais de 90% dos entrevistados consideraram o serviço bom ou ótimo. A satisfação apresentada é resultado da efetividade e eficiência do serviço, que é oferecido com regularidade e bem executado. No entanto, a boa execução da coleta não impede que a população sofra com o problema de lixo pelas ruas e terrenos baldios. Quando questionados se o lixo pelas ruas e/ou terrenos baldios representava algum tipo de problema, 171 pessoas, percentualmente 83% dos entrevistados, disseram que sim. Tendo dois fatores principais como origem do problema: 01. Falta de lixeira em frente das casas, deixando os sacos de lixo sujeito a ação de animais (comumente cachorros) soltos pelas ruas; 02. Baixo nível de consciência de parte da população local, a qual destina seu lixo em qualquer lugar, quase sempre em terrenos próximos à própria residência.

Tabela 03 – Níveis de satisfação da população local quanto aos serviços de coleta convencional de resíduos sólidos

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssimo	00	01	0,5
Regular	01	12	5,8
	02	06	2,9
Bom	03	11	5,3

³ Informações disponíveis no site <http://www.acaciacoleta.com>. Acesso em 23 Jan. 2017.

⁴ Este bolsão recebe pequenas quantidades de entulhos (até 1 metro cúbico), podendo ser depositados resíduos de construção e demolição, resíduos de podas e varrição, móveis, pneus, eletrodomésticos (excetuando-se os materiais provenientes de empresas).

	04	26	12,6
Ótimo	05	150	72,8
		206	100

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários
Org. Rafael A. Orsi

Oposta a esta avaliação sobre a coleta convencional, quando questionados sobre a coleta seletiva, as repostas foram bastante negativas. Cerca de 20% a classificou como boa ou ótima e 80% como regular ou péssima. Em relação a esta questão muitos dos entrevistados não sabiam exatamente em que consistia a coleta seletiva, tão menos qual a frequência e o dia da semana em que a coleta acontecia pelos catadores da cooperativa.

Tabela 04 – Níveis de satisfação da população local quanto aos serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssimo	00	25	12,4
Regular	01	132	65,3
	02	04	2,0
Bom	03	09	4,5
	04	05	2,5
Ótimo	05	27	13,4
		202*	100

* quatro pessoas não souberam ou não quiseram responder a esta questão.

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários
Org. Rafael A. Orsi

Já em relação à arborização, ainda que de maneira não sistematizada, constatou-se, em trabalho de campo, que a área em estudo carece desse tipo de cobertura. As praças, que de fato são apenas terrenos vazios, são desprovidas de arborização, bem como em frentes às casas não há árvores, ainda que quando entregues, todas possuísem uma árvore plantada na calçada, as quais apenas algumas ainda estão conservadas.

A falta de arborização é sentida pela população, sobretudo quando se faz uma relação com o calor excessivo na área. Araraquara, localizada no interior do Estado de São Paulo, apresenta temperaturas elevadas ao longo do ano e os conjuntos habitacionais estudados registraram no verão de 2015/2016 índices que representavam algum tipo de desconforto térmico, Orsi (2016). Diante de tal desconforto, parte da população remete a falta de arborização como um fator problemático, ainda que as mesmas não tenham árvores em suas casas. Quando questionados sobre esta variável, 73% (151 pessoas) dos entrevistados queixaram-se e consideraram a ausência de árvores como um problema.

Outro problema sério a ser destacado são as queimadas. Tal problemática atinge a cidade de Araraquara como um todo, e na região do Selmi Dei não é diferente. Em relação a esta variável, não foi possível desmembrar os dados específicos da região. Para tanto,

buscou-se informações gerais veiculadas pela mídia local e também apresentadas pela defesa civil em audiência pública no município, ocorrida em 19 de maio de 2016, para debater o problema na cidade. De acordo com a defesa civil de Araraquara (Audiência Pública, 2016), no ano de 2013, foram registrados 181 focos de queimadas, em 2014 foram 242, em 2015, 149 e, somente nos primeiros quatro meses de 2016, foram registrados 98. Em matéria veiculada pela imprensa, a partir de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – a cidade estava entre as que registraram maior número de queimadas no Estado de São Paulo, em 2016⁵ ocupando a quarta posição (G1, 2016). Especificamente, a região do Selmi Dei também sofre com tais queimadas, sobretudo devido a terrenos baldios, lixo depositado de forma irregular, proximidade com a estrada de ferro e mata do córrego tanquinho, todos constantemente alvo de incêndios induzidos (acidentais ou criminosos). Como atesta o gerente da Defesa Civil de Araraquara, 99% dos incêndios são causados por pessoas (G1, 2016).

Apesar do desconforto ambiental e dos problemas de saúde causados pelas queimadas, as respostas em relação à percepção do problema ficaram divididas, sendo que 48% (99 pessoas) dos entrevistados entendiam que as queimadas representavam um problema e 52% (107 pessoas), entendiam que as queimadas não prejudicam sua qualidade de vida.

Claramente a população reconhece e sente as diversas dificuldades apresentadas pelo novo bairro. Para além de questões sociais importantes, sempre colocadas em primeiro plano, como educação, saúde e segurança pública, as questões ambientais aparecem secundariamente, mas são importantes na leitura que a população faz de seu novo espaço de vivência cotidiana. É válido salientar que, apesar da percepção de uma parcela significativa dos moradores serem negativas, em relação à alguns quesitos como a arborização, coleta seletiva e lixo pelas ruas, de maneira geral, os níveis de satisfação são de médios para altos. A tabela 05 mostra que 76,6% dos entrevistados avaliaram a qualidade ambiental do bairro como ótima ou boa e 23,4% com regular. A tabela 06, ainda que leve em consideração outras variáveis, reforça a avaliação feitas pelos entrevistados. Quando questionados sobre a qualidade de vida no bairro, 68% avaliaram como boa ou muito boa e 31% como regular ou ruim, apenas 1% avaliou como muito ruim.

Tabela 05 – Níveis de satisfação da população local quanto à qualidade ambiental do bairro

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssimo	00	00	0,0
Regular	01	18	9,0
	02	29	14,4
Bom	03	67	33,3
	04	41	20,4
Ótimo	05	46	22,9
		201	100

⁵ Dados correspondentes até o mês de julho.

* cinco pessoas não souberam ou não quiseram responder a esta questão.

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários

Org. Rafael A. Orsi

Tabela 05 – Níveis de satisfação da população local quanto à qualidade de vida no bairro

Níveis de satisfação		Nº de pessoas	Valores em %
Péssima	01	03	1,5
Ruim	02	10	4,9
Regular	03	52	25,2
Bom	04	124	60,2
Ótimo	05	17	8,3
		206	100

Fonte: Pesquisa Direta – dados primários

Org. Rafael A. Orsi

Em que pese vários problemas encontrados nos novos conjuntos habitacionais, para os moradores dessas áreas, os problemas não são suficientemente profundos para prejudicar suas vidas, logo, ainda que entendam a existências dos problemas, a satisfação com as condições ambientais dos conjuntos habitacionais é positiva, o que evidencia algumas rupturas entre as condições objetivas para a reprodução social e a qualidade de vida nos conjuntos do PMCMV e a leitura que população residente faz da área.

Considerações finais

Dentre as várias críticas recebidas pelo PMCMV, as concernentes ao saneamento básico e ao meio ambiente figuram de forma secundária. Como apresentado anteriormente, por uma definição legal, nenhum loteamento pode ser lançado sem apresentar condições mínimas de infraestrutura de saneamento básico e, como trata-se de empreendimentos financiados pela Caixa Econômica Federal e subsidiados com recursos públicos, há normas mínimas a serem seguidas para a aprovação dos projetos. Assim, a infraestrutura básica deve ser garantida. Certamente, podem ocorrer problemas vinculados à execução das obras, no entanto, os problemas infraestruturais de saneamento básico do bairro ou conjunto habitacional como um todo, parecem ser menores que os vinculados a estrutura da unidade habitacional em si. Da mesma forma, serviços fundamentais, como a coleta de lixo, raramente aparecem como problemas de primeira ordem.

Com os conjuntos habitacionais estudados no bairro do Selmi Dei V, não é diferente, a área goza de boa infraestrutura de saneamento básico e serviço de coleta de lixo. É válido salientar ainda, que o bairro também conta com serviços de coleta seletiva executada por uma cooperativa de catadores da cidade (Cooperativa Acácia) e as casas do conjunto habitacional Valle Verde foram entregues com aquecedores solar, algo importante para a

conscientização ambiental, economia de energia elétrica e redução dos gastos familiares com este serviço. Nada disso impediu que o bairro apresentasse problemas saneamento e meio ambiente. Há lixo em terrenos baldios, há queimadas induzidas, parte significativa das árvores plantadas foram retiradas ou morreram e a temperatura na área apresenta picos que causam desconforto térmico.

As condições objetivas apresentadas pelo bairro, relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, quando confrontadas com a percepção da população sobre sua condição de vida na nova área de moradia, apresentam algumas rupturas, uma vez que a despeito do reconhecimento de alguns problemas, a população mostra-se bastante satisfeita com suas condições de vida na área. Esta é uma questão de extrema relevância, uma vez que, para discutir a política de habitação no país e seu aprimoramento, é fundamental que se compreenda a forma como a população residente percebe sua qualidade de vida no novo bairro. É importante que se discuta também as limitações da autoanálise, uma vez que pode haver elementos no conjunto que impeçam visões mais críticas, mudanças de comportamento, envolvimento com a política local e pressões para mudanças no sentido de proporcionar melhorias na área onde se vive. Há de se destacar que o “sonho da casa própria” e a necessidade real em se ter uma moradia são elementos muito fortes que balizam a percepção da nova área de habitação. Se, por um lado, há certa resignação na autoanálise, por outro lado, o atendimento de uma forte demanda para sua reprodução social, como a questão da moradia, marca a leitura dos novos moradores dos conjuntos habitacionais e da própria política habitacional. Entende-se, portanto, que compreender a autoanálise da população local, mostra-se fundamental para avaliar o programa e ser propositivo no sentido de avanços qualitativos, no entanto, é necessário ter muita clareza nas rupturas apresentadas em relação às condições objetivas da área para que diferentes nuances não interfiram na análise e limitem a compreensão global da política habitacional brasileira, que traz o PMCMV como carro chefe nos últimos anos.

Referências Bibliográficas

AUDIÊNCIA PÚBLICA – *Queimadas*. Câmara Municipal de Araraquara/SP: Setor de Comunicação, Araraquara/SP, 19 de maio de 2016, 121min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-u_G_X5Pr4o>. Acesso em 10 Jan. 2017.

AZEVEDO, Sergio de. Vinte dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: FGV. v. 22, n. 04, p. 107-119, out.-dez. 1988. <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9391/8458>>. [03 de fevereiro de 2014].

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. (Orgs.) *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Arte, 2011. p. 81-104.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. FJP. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Centro de Estatísticas e Informações: Belo Horizonte, 2016. Disponível.

<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>. [acesso 05 janeiro 2017].

G1. Araraquara, SP, ocupa o quarto lugar no ranking de queimadas no estado. *EPTV São Carlos-Araraquara*, julho, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/07/araraquara-sp-ocupa-o-quarto-lugar-no-ranking-de-queimadas-no-estado.html>. Acesso em 22 jan. 2017.

ORSI, R. A. (Des) conforto térmico e qualidade de vida em conjuntos habitacionais periféricos construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida. *Anais... 7º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS) – Contrastes, Contradições, Complexidades: Desafios Urbanos no Século XXI*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016. Disponível em: <http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper830.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2017.

Agradecimentos

Ao financiamento de pesquisa concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.